

Brasil finalmente fecha acordo com os credores

Metade da dívida externa deverá ser paga em 16 anos e Pastore consegue reduzir a taxa de juros

Nova Iorque — O Brasil conseguiu finalmente encerrar, ontem, as negociações com os credores norte-americanos para o refinanciamento de quase a metade de sua dívida externa. Pelo acordo, foi dado o prazo de 16 anos para o pagamento com spread de 1,125 por cento para 70% da dívida sendo os 30 por cento restantes com taxas de 1,250 por cento.

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ficará ainda em Nova Iorque para a elaboração do relatório final das negociações que envolveram o refinanciamento dos débitos vencíveis entre 1985 e 1991, num montante aproximado de 43,5 bilhões de dólares.

Antes do acordo final, conseguido no início da noite, Pastore e o presidente do Comitê de Assessoramento dos Bancos e vice-presidente do Citibank, Willian Rhodes, informavam que a semana de negociações tinha sido produtiva e terminaria com "progressos substanciais". Esta foi a ter-

ceira etapa de negociações, em menos de um mês.

EXPECTATIVA

Em Brasília, no final da tarde de ontem, a assessoria de imprensa do Banco Central comunicou aos repórteres que iria divulgar telex enviado de Nova Iorque por Pastore, o que criou a expectativa em torno da conclusão dos entendimentos com o comitê de assessoramento para a rolagem da dívida externa do País. O telex, de apenas doze linhas, acabou por anunciar que "as negociações entre as partes prosseguem".

Apesar da decepção, técnico do Banco Central explicou que os banqueiros também tinham pressa em concluir a renegociação da dívida brasileira e "não podem esperar o próximo governo" a elaboração da oitava carta de intenções do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Observou que qual-

quer atraso pode obrigar os bancos norte-americanos a lançar os créditos brasileiros como prejuízos no fechamento dos balanços de março próximo, caso a falta de acordo mantenha em suspenso as amortizações já atrasadas desde 1º de janeiro último.

Para evitar problemas com os seus acionistas, segundo a fonte do Banco Central, os bancos norte-americanos deveriam aceitar a proposta brasileira de redução dos spreads — taxas de risco — e formalizar logo a renovação automática da dívida do País a vencer entre este ano e 1991. A fonte ressaltou que os bancos não podiam esperar até 15 de março pela posse de Tancredo e correr o risco de buscar um acordo de renegociação em apenas quinze dias.

Por falta de prazo, os bancos privados também não poderiam aguardar a decisão do board do FMI de aprovar a sétima carta de intenções do País ou de exigir a oi-

tava, com a revisão das metas econômicas para o final deste ano. O técnico do Banco Central explicou que as cartas de intenções envolvem mais aspectos políticos do que os especificamente de interesse dos bancos e, em consequência, os banqueiros podem fechar a renegociação dos seus créditos apenas com os indicadores colhidos pelo chefe do seu subcomitê de economia e vice-presidente do Banco de Montreal, Douglas Smee, em Brasília, na semana passada.

Na argumentação da fonte do Banco Central, as reiteradas afirmações de Tancredo de que cumprirá os termos da renegociação em curso favorecem as conversações entre Pastore e o comitê de assessoramento e equivalem quase que ao aval do próximo governo ao acordo obtido neste final da administração Figueiredo. A fonte ressaltou que a hipótese de capitalização dos juros não existe, diante das restrições legais.